



PARECER PRÉVIO Nº 95/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10042/2012.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Urucará.
- 4- **Exercício:** 2011.
- 5- **Responsável:** Fernando Falabella – Ex-Prefeito Municipal.
- 6- **Advogado:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4.331, Juarez Frazão Rodrigues Júnior - OAB/AM 5.851, Larissa Oliveira de Sousa - OAB/AM 14.193, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10.428, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6.975, Lívia Rocha Brito – 6.474, Gabriel Simonetti Guimarães - OAB/AM 15.710 e Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6.897.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4963/2022-DIMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Urucará. Exercício de 2011.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “A” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** das Contas do **Sr. Fernando Falabella**, Ex-Prefeito Municipal de **Urucará**, no curso do **exercício de 2011**, em observância ao art. 71, I, da Constituição Federal e do art. 40, inciso I, e art. 127, *caput* e parágrafos 2º e 4º, da Constituição do Estado do Amazonas, observando as ponderações já debatidas no corpo da Proposta de Voto;

- 11- **Ata:** 23ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 11 de Julho de 2023.



PARECER PRÉVIO Nº 95/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Josué Cláudio de Souza Neto.

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em substituição

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Auditor-Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO

Conselheiro

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral



ACÓRDÃO Nº 95/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 95/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 10042/2012.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Urucará.
- 4- **Exercício:** 2011.
- 5- **Responsável:** Fernando Falabella (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Juarez Frazão Rodrigues Júnior - OAB/AM 5851, Larissa Oliveira de Sousa - OAB/AM 14193, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Lívia Rocha Brito - 6474, Gabriel Simonetti Guimarães - OAB/AM 15710 e Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4963/2022-DIMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Urucará. Exercício de 2011.

Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "A" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Determinar** à Secretaria Geral de Controle Externo - SECEX, que examinando as impropriedades consideradas não sanadas pela DICAMI, pela DICOP e pelo D. Ministério Público de Contas, relativas às contas de gestão do responsável, em atenção às orientações exaradas na Portaria nº 152/2021-GP e pela Resolução ATRICON nº 02/2020, adote as providências cabíveis à autuação de processos apartados neste Tribunal de Contas para devida apuração;
- 10.2. **Determinar** à Prefeitura Municipal de Urucará, adote ações que objetivem a implantação do Sistema de Controle Interno, em obediência aos comandos constitucionais e legais, verificando o Relatório e Parecer do Controle Interno do Órgão, e se está sendo observado de forma adequada o disposto no artigo 74, da Constituição Federal, a fim de que a Câmara Municipal exerça com afinco o Controle Interno da Casa Legislativa;



ACÓRDÃO Nº 95/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 95/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

- 10.3. Determinar** à Prefeitura Municipal de Urucará, que observe com mais rigor os ditames da contidos na Resolução nº 11/2009 – TCE/AM, que versa acerca da remessa obrigatória, via Sistema GEFIS;
- 10.4. Determinar** à Prefeitura Municipal de Urucará, que observe com mais rigor o Princípio da Entidade, nos termos em que dispõe o Item 1.1 da Resolução do CFC nº 1111/2007;
- 10.5. Dar ciência** ao responsável, **Sr. Fernando Falabella**, sobre o deslinde deste feito.

11- Ata: 23ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 11 de Julho de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Josué Cláudio de Souza Neto.

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral